



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TEMPORALIDADE E GÊNERO

SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA E GÊNERO. CONTRIBUIÇÕES COM BASE EM PESQUISA REALIZADA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO¹

BUTTO ZARZAR, Andrea¹, AUBIN, Ludovic²; BARBOSA CAVALCANTI Josefa Salete³

¹ Doutora em Sociologia, Professora associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, Recife-PE, Brasil), al.zarzar@hotmail.com;

² Doutor em Sociologia, Bolsista Capes/PNPD (LAERURAL-UFPE, Recife-PE, Brasil), ludaubin@gmail.com;

³ Doutora em Sociologia, Professora Titular do Departamento de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife-PE, Brasil) e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Antropologia da UFPE, saletecav@gmail.com.

Resumo

As inter-relações entre soberania alimentar, feminismo e agroecologia constituem um dos focos do debate contemporâneo sobre a participação das mulheres na produção agrícola, cuidado dos membros da família e da agricultura sustentável. O objetivo principal deste trabalho é analisar evidências e possibilidades geradas pelo trabalho e participação das mulheres em associações e comunidades locais, traduzidas em termos dos usos dos bens comuns, dieta saudável e agricultura sustentável. O trabalho se interessa nos novos dilemas que surgem do choque entre “tradição e modernidade” e relações de poder que resultam das desigualdades de gênero que as mulheres rurais enfrentam na busca da soberania alimentar discutindo o lugar da Agroecologia nesse conflito. Abordamos as mudanças no regime da temporalidade e o poder de *decisão* das mulheres. Foram utilizados dados de pesquisas em andamento no Agreste de Pernambuco, analisados à luz da literatura e suas interfaces com outras experiências e reflexões acadêmicas do país e do exterior.

Palavras-chave: Soberania alimentar, agroecologia, Gênero, Tempo

INTRODUÇÃO

A pesquisa que desenvolvemos no território do Agreste pernambucano foi realizada a partir de uma parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o MMTR-NE em Pernambuco e nos leva a encontrar e entrevistar diversas organizações não governamentais, sindicatos, secretarias e grupos de agricultoras e agricultores. Esses encontros permitiram tomar conhecimento dos desafios enfrentados mais especificamente pelas agricultoras na garantia e na preservação da soberania alimentar das suas famílias e comunidades. Esses desafios são essencialmente ligados à estrutura do poder no espaço público e dentro das propriedades familiares. Essa distribuição desigual do poder tem consequência direta nos processos de tomadas de decisão relativas ao uso dos espaços de produção, à escolha do tipo de sementes, ao uso dos agrotóxicos, à divisão do trabalho nos espaços domésticos e produtivos, entre outros. As decisões tomadas em torno

¹ Trabalho apresentado a partir da pesquisa “Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: Uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável” com apoio do CNPq, (Processo CNPq nº 443247/2016-1), coordenada pela professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.



dessas dimensões determinam parcial ou inteiramente a segurança e a soberania alimentar das famílias e das comunidades.

Os desafios são vários e grandes quando se trata de advogar e implementar outras formas de considerar os bens comuns, a produção e o consumo. Nossa pesquisa considera a análise dessas dimensões a partir da agroecologia, um campo de conhecimento, prática e movimento para a promoção da agricultura sustentável e suas conexões com o feminismo como expressão das transformações nas relações de gênero, dimensão integrante do projeto alternativo de agricultura que a agroecologia está empenhada em construir. Dessa maneira, entre os vários empecilhos para implantar e efetivar relações agroecológicas com a terra e os demais (humanos e não humanos) a divisão do trabalho desigual é central pois ela impacta diretamente no tempo disponível das mulheres dedicadas a essas práticas, bem como para si mesmas. Ora sabemos que cuidados requerem tempo e que “a Natureza tem seu ritmo próprio”, pois “ela é paciente” e que a disponibilidade de tempo para cuidar de si inclui também a sobrecarga envolvida nos processos de transição agroecológica devido à falta de envolvimento dos demais membros da família nessa direção.

O trabalho apresentado está organizado em três partes. A primeira apresenta o problema e as categorias que serão discutidas. A segunda discute a metodologia utilizada e delimita as áreas e estudos de casos examinados e a terceira parte retoma as particularidades das experiências e, finalmente, procura responder à hipótese de trabalho apresentada.

A agroecologia: uma terceira via além do conflito entre as limitações da tradição e as alienações da modernidade?

As mulheres rurais enfrentam dilemas na interseção de várias injunções, obrigações e aspirações na perspectiva da soberania alimentar. Garantir uma agricultura sustentável e a segurança alimentar para as suas famílias implica em lidar com os conflitos que resultam do tempo do *care*, um tempo que, pode ser considerado, na visão dominante, em que a valoração do trabalho está voltado para o trabalho remunerado que pode ser obtido no mercado da alimentação, como tempo perdido, enquanto pode ser visto pelas mulheres como terapia, cura, auto realização e prazer, tendo o quintal como expressão desse lugar. Desse conflito resulta um dilema para as mulheres: como conciliar os diversos tempos e as obrigações quando a estrutura do poder econômico e a divisão sexual do trabalho permanecem desiguais?

Esse dilema se apresenta nas experiências agroecológicas como um desafio, já que a agroecologia que pode ser uma ferramenta de emancipação corre o risco de reforçar posições de dominação, e reificando posições de subordinação ao valorar os saberes “locais” e não questionar a separação dos espaços (Guetat-Bernard, Prévost, 2016: 8), deixando intocada a divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza o trabalho (Kergoat, 2003), limites que expressam importantes dificuldades que as mulheres enfrentam nos processos de resistência na transição agroecológica.



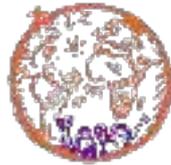
Mudanças sociais e a questão do tempo no rural

A ruralidade, claro, conserva traços irredutíveis que a mantêm distinta do urbano, como por exemplo, o senso da comunidade, a ecologia do lugar, etc. Wanderley (2001: p. 3) diz a esse respeito: "...considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba...". O campo foi fortemente impactado pelo projeto da chamada Revolução Verde e do extensionismo agrícola que a aplicou. Esta gerou uma modernização forçada do campo, exportando categorias e maneiras de ser no mundo até então próprias à urbanidade (visto como espaço do moderno, da ciência, da técnica, da economia). Entre essas categorias, existe uma certa *visão do tempo*.

A *aceleração social do tempo* é, segundo o sociólogo Hartmut Rosa (2013), o marco central da modernidade e *a fortiori*, da modernidade tardia. É moderno o que é rápido, veloz. Para ser considerado moderno, uma inovação técnica ou tecnológica tem que prover um ganho temporal quando comparado com uma técnica anterior. De forma complementar, a contemporaneidade se caracteriza segundo Bauman (2006,7) pela fluidez e flexibilidade das categorias, instituições e pelas formas de socialidade outrora mais lentas e rígidas. A tal ponto que a experiência dos sujeitos contemporâneos é fundamentalmente a de uma *aceleração do ritmo de vida*. Essa experiência é intrinsecamente ambivalente. De fato, no que tem a ver com a temporalidade, as inovações permitem fazer mais rápido, mais coisas em menos unidades de tempo. No entanto, como a tendência é o preenchimento desse novo tempo vazio por novas atividades, solicitações ou interações, o resultado é a de uma sensação de ter menos tempo para si e, o que é paradoxal, de uma *aceleração do ritmo de vida* associada, simultaneamente, a uma *petrificação do tempo* (sensação de não ter tempo para nada).

As regiões rurais por nós visitadas durante a pesquisa não são poupadas por este tipo de fenômenos inicialmente (ou *a priori*) característicos da urbanidade. Como vimos anteriormente, a modernização da agricultura (durante a Revolução Verde) corresponde à introdução de práticas e técnicas que condiziam com as representações vigentes e dominantes da modernidade: maior produtividade, ou seja, maior produção em menos tempo. Era moderna uma agricultura capaz de se adequar às exigências do mercado regido pelo ritmo e o tempo das cidades. Em relação à socialidade, esta evoluiu também muito rapidamente. A maior mobilidade, a chegada e acessibilidade da tecnologia digital introduzindo novos modelos transformam profundamente o modo de se relacionar e as aspirações das pessoas das áreas rurais em termos de valores, de sonhos, de projeto e de consideração do que seria uma vida ideal.

A atenção e os cuidados (o *care*) requerem *tempo e disponibilidade*. Surge daí um dilema enfrentado pelas mulheres. O tempo vivido nesses espaços pode ser um tempo para si, um tempo de cura, de prazer, mas o tempo "gasto" poderá faltar na execução de outras tarefas domésticas na medida em



que a distribuição das mesmas permanece desigual. Como as mulheres lidam com essas situações de dilemas e com os sentimentos que podem decorrer delas (frustração, culpa)? Como conseguem (ou não) articular diversas aspirações e incumbências por vezes contraditórias. Esse conflito pode ser melhor compreendido a partir das reflexões da antropologia e da economia feminista e suas interfaces com a agroecologia e o ecofeminismo, como veremos a seguir.

Ao problematizar a oposição natureza versus cultura e sua associação dos homens à cultura e das mulheres à natureza, a antropologia feminista nos apresenta importantes reflexões para relativizar categorias socialmente construídas e pautar a crítica cultural na realidade investigada (Segato, 1998).

A economia feminista por sua vez coloca a reprodução no centro das análises do comportamento econômico, nos mostra como a divisão sexual do trabalho organiza o tempo e os espaços da vida social. Indica também como não é possível separar a produção da reprodução, já que há relações de dependência e a suposta oposição produção versus reprodução é apenas útil para o modelo econômico capitalista que necessita e se vale do trabalho doméstico e de cuidados para sua manutenção e aposta na invisibilidade para não gerar custos com a sua realização. É a separação, hierarquia e a associação da reprodução com as mulheres que nos faz entender a lógica sistêmica em que distintas formas de dominação, o patriarcado e o capitalismo operaram (Carrasco, 2003).

A interface desse campo de estudos com o a agroecologia e o ecofeminismo em particular, revelam os elos da dinâmica sistêmica em que opera a dominação sobre a natureza e sobre as mulheres e o controle da vida das mulheres como parte integrante da dominação da natureza, tal como afirma Marta Soler & Neira (2013), ao abordar as três cegueiras do olhar ocidental: antropocentrismo, etnocentrismo e androcentrismo.

O controle sobre os ciclos de vida, a degradação dos bens comuns como a terra e a água, necessários para garantir um modelo de agricultura voltada para o sistema agroalimentar globalizado, geram consequências desastrosas para a agricultura familiar e camponesa. Acaparam-se as terras e os territórios tradicionais, os mananciais de água, há uma perda da agrobiodiversidade e uma padronização do consumo de alimentos ultraprocessados, bem como um aumento do consumo da proteína animal, um modelo que se vale também do trabalho das mulheres de forma subordinada sob rígida divisão sexual do trabalho assalariado (Cavalcanti, 2004).

A partir do ecofeminismo construtivista podemos entender também como esses sistemas de dominação operam também nos espaços-tempos da agricultura familiar e camponesa, incluindo aí aquelas/as que praticam a agroecologia. Nela há uma estreita relação entre cuidados da natureza e os cuidados da família e da comunidade realizados pelas mulheres. Trata-se de uma reflexão que ajuda a entender a dinâmica integrada dos sistemas de dominação na agricultura, mas também a construção das resistências em curso protagonizadas pelas mulheres para uma agricultura sustentável.



A partir da agroecologia feminista a oposição produção versus reprodução é articulada à oposição natureza versus cultura, noções que sustentam categorias opostas como a vida e o mercado. A partir destes pares opostos a agroecologia feminista problematiza a pretensa separação da produção na agricultura voltada para o mercado que gera renda monetária realizada pelos homens e a suposta ausência das mulheres nestas atividades, e o trabalho reprodutivo associado às mulheres com o trabalho do autoconsumo, o trabalho doméstico e os cuidados com a família. Este campo de estudos valoriza o trabalho realizado de forma exclusiva pelas mulheres e sua contribuição para a segurança alimentar e a preservação da agrobiodiversidade, seja pelas práticas sustentáveis de agricultura que praticam nos chamados quintais produtivos (Zualaga & Cárdenas, 2014), sejam pelo ativismo político para a construção da agricultura sustentável (Siliprandi, 2014).

É nessa direção que Péres Orosco (2017) defende a necessidade de dissociar a tarefa de sustentar a vida da feminidade, acabar com a divisão do trabalho e transformar esse trabalho numa responsabilidade coletiva e democrática, avançar nas alternativas do bem viver e de viver bem, reconhecendo a interdependência e a autonomia ou, o que Hélène Guétat- Bernard (2015) denomina, de uma reescritura das relações natureza-cultura, superando a noção de crescimento econômico e dominação dos ecossistemas, buscando novos fundamentos entre dádiva e mercado (2015). Isso é denominado por Soler & Neira (2013) como uma recampesinização ecofeminista.

METODOLOGIA

As experiências analisadas aqui se dão em contextos de persistentes desigualdades, entre as formas de apropriação e usos da terra e valorização de uma agricultura voltada para o mercado, em detrimento da agricultura familiar. Em contraponto, observa-se o crescente campo da agroecologia que se expande em favor da agricultura permanente que valoriza os territórios, a cultura e a participação de homens e mulheres na história das comunidades locais, como também, o fazem os movimentos de mulheres que registram a força e o poder de suas lutas, pelo reconhecimento da presença das mulheres nesse esforço maior e seu lugar na preservação da agrobiodiversidade.

Este trabalho põe em destaque, os espaços ocupados pelas mulheres na produção agrícola e reprodução social, as suas lutas por reconhecimento social e os ganhos alcançados em favor dos usos dos bens comuns e da segurança alimentar. A participação das mulheres se insere nas grandes lutas de todos que pretendem resolver parte ou todos os problemas gerados pelo modelo dominante. Além do trabalho com a família e a produção agrícola, adicionam-se outros em favor da recuperação ou preservação das espécies nativas e da água. Será analisado como se dá a participação das mulheres nesses contextos.

A partir da compreensão das unidades da agricultura familiar enquanto um sistema de produção alimentar em que o espaço da cozinha e os ambientes externos sociais, ecológicos e econômicos interagem, a pesquisa estuda as conexões existentes entre:



- i) o fluxo de alimentos produzidos e consumidos beneficiados pela agricultura familiar, e o fluxo de alimentos provenientes do ambiente exterior às unidades produtivas analisadas (mercado, comunidade e redes familiares);
- ii) o fluxo de influências diversas que interferem na produção de alimentos e suas relações com as atividades domésticas (por exemplo, gestão da biodiversidade) e ;
- iii) o fluxo de envolvimento do tempo dedicado ao sistema alimentar e às atividades domésticas.

Com a análise desses fluxos pretendemos, com base numa perspectiva de gênero, identificar organismos / grupos / líderes ativos internos e externos à comunidade envolvidos no sistema alimentar; identificar quem participa na gestão da biodiversidade, sementes e processamento de alimentos vegetais (membros da família, organismos locais / instituições) e compreender como os diferentes grupos interagem uns com os outros em termos de contato, cooperação, fluxos de informações, produtos alimentícios, serviços relativos à geração de renda, produção de alimentos e cuidados.

Recorremos ao estudo de caso por considerar que este tipo de recurso nos auxilia na observação das estratégias criadas pelas mulheres no campo da nutrição e do cuidado; e nos auxilia para dar concretude às reflexões sobre o protagonismo delas nesses contextos.

Pretende-se contribuir para aumentar as capacidades dos membros das famílias, especialmente das mulheres, para adoção de dietas saudáveis e, quando possível, incentivar o cultivo de plantas tradicionais e nutritivas, para gerar novas soluções e novos modelos de gestão na produção e consumo de alimentos.

A pesquisa foi realizada a partir de uma parceria entre as instituições dos autores deste artigo com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE e contou com apoio e colaboração do Núcleo de Agroecologia da Campus do Agreste da UFRPE, o Agrofamiliar.

O Território da pesquisa: o Agreste Meridional

O Agreste é uma área geográfica de transição entre o Sertão (com predominância de vegetação de Caatinga) e a Zona da Mata (constituída de Mata Atlântica). O Agreste caracteriza-se por um relevo acidentado (com destaque para a região denominada Planalto da Borborema). A estrutura fundiária é composta de pequenas e médias propriedades, com predominância da policultura e da pecuária extensiva. Certos espaços podem sofrer estiagens e secas sazonais pois o regime de chuvas é irregular e os rios são temporários (Andrade, 2005).

Nossa pesquisa contempla principalmente os municípios de São João e Angelim, ambos situados no Agreste Meridional. Esse território compreende uma área de 13.153 km² e é constituído por 20 municípios e têm presença da agricultura familiar e patronal, além de famílias assentadas da reforma agrária e de comunidades tradicionais: comunidades quilombolas, terras indígenas, dentre outras.



As áreas rurais do Agreste Meridional são reconhecidas pela presença da pecuária leiteira, mas a agricultura familiar explora principalmente o feijão e a mandioca e apresentam grande relevância socioeconômica para a região. Também há criação de bovino de corte, além de suínos e ovinocultura.

São João e Angelim, áreas investigadas na região do Agreste Meridional, foram afetados por uma seca que já perdura 7 anos e dependem do abastecimento de carro pipa que é fornecida pelo Exército. A implantação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, a exemplo das cisternas não tem plena cobertura. Essa situação ocasionou em São João no ano de 2018 uma perda estimada de 60% da produção de feijão e uma elevação do custo de produção.

Houve uma importante perda de variedades na produção de feijão e na de mandioca, o que impacta nos hábitos alimentares. A diminuição da produção desse tubérculo está associada à introdução do arroz na dieta alimentar em substituição da mandioca, alimento que não é proveniente da agricultura familiar. Da mesma forma ocorreu com o cuscuz e o consumo do frango produzido em sistema de integração entre empresas do setor com a agricultura familiar do município, em detrimento da galinha caipira, bem como o consumo de refrigerantes além de outros alimentos ultraprocessados, em substituição das frutas.

Devido a essas transformações há um esforço de recuperação de variedades de espécies vegetais com a implantação do banco de sementes, uma experiência ainda muito incipiente e praticada em áreas que também utilizam agrotóxicos.

Um outro bem comum, a água, também é objeto de transformações importantes em consequência do modelo agrícola adotado nas áreas mais próximas da Mata Sul, registra-se desmatamento e a perfuração de poços artesianos voltados para exploração agrícola com uso de agrotóxico, promovendo o esvaziamento e poluição dos mananciais de água.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais da pesquisa em andamento nos ajudam a entender melhor como as mulheres enfrentam os dilemas elencados anteriormente, em particular como elas lidam com um poder de decisão limitado pelo modelo patriarcal vigente procurando ampliar a margem de ação a fim de alcançar práticas agroecológicas e garantir a soberania alimentar.

Os sujeitos da pesquisa

Dona Maria José e dona Quitéria são vizinhas. As suas terras, localizadas na zona rural de Angelim, são contíguas. Elas apresentam trajetórias muito diferentes. Maria José tem um filho de 21 anos que ela praticamente criou só pois seu esposo trabalhava em São Paulo. Ela tinha uma grande carga de trabalho sem ter autonomia nas escolhas voltadas para a produção no sítio.



Em 2013, Maria José divorciou. Essa separação parece ter-lhe proporcionado maior autonomia e certo prestígio na comunidade por ter tido a força de se separar. Desde então ela organiza o tempo e as atividades dela à vontade, mas embora tenha liberdade de escolha, a falta de conhecimentos ou hábitos enraizados acabam levando Maria José à repetição das antigas escolhas de plantios. Essa é uma situação ilustrativa da dupla condição necessária para a transição agroecológica numa perspectiva feminista: autonomia e conhecimento.

A realidade de Quitéria é muito diferente. Ela é casada, tem 4 filhos e cuida de duas tias-avós. As escolhas de plantio são determinadas pelo marido, no meio da rotina carregada, encontra tempo para plantar, embora minimize a importância do plantio que é aliviada apenas pelo apoio existente entre as vizinhas.

Esboçam-se aí dilemas para as mulheres diante dessas situações. Estas acabam esbarrando na divisão sexual do trabalho. Sem uma transformação da divisão sexual do trabalho, não acontece nenhum alívio nas cargas de trabalho e tarefas cotidianas de trabalho de cuidados e conseqüentemente nenhum tempo adicional ou disponível encontra-se criado.

É fato que no caso de Maria José, a separação a fez conquistar maior autonomia. Porém, observa-se que acaba repetindo o modelo de plantio desenvolvido com o ex-marido por falta de opções ou de conhecimentos alternativos, como por exemplo, métodos agroecológicos de cultivos consorciados ou de conservação do solo. Já, Quitéria, sua vizinha, em uma configuração conjugal e familiar radicalmente diferente consegue realizar alguns plantios no quintal (sem, aparentemente, valorizá-los) no meio de uma rotina extremamente cansativa de sobrecargas. Para ambas, as relações de ajuda mútua entre vizinhas/os representam um apoio importante. Essas solidariedades interfamiliares locais representam um potencial promissor na busca ou preservação da soberania alimentar local.

Em Angelim, há um processo auto-organizativo importante das agricultoras que integra as iniciativas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – o MMTR-NE, o foco de atuação recai sobre processos de formação feminista e mobilização para a agenda de lutas empreendidas no município, mas também no estado e no país. A legitimação da ação do MMTR-NE promoveu a conquista de espaço institucional voltado para as políticas públicas para as mulheres no município – a Coordenadoria Municipal da Mulher que passa a promover como Estado parte da agenda desenvolvida pelo movimento.

O caso apresentado em seguida, é o da família Vieira que mora na zona rural de São João. Constituída por Dona Maria, o Sr. José - Seu Zuza, a família é composta por sete filhas com faixa etária entre 30 a 38 anos e treze netos. Trata-se de uma família característica do campesinato em que as relações existentes entre os membros da família abrangem cuidados com a terra e água, o trabalho na produção e o preparo e consumo de alimentos e se estende à comunidade por meio de relações de solidariedade com a vizinhança.



Confirmando a literatura antropológica a família dos Vieiras mostra como os ciclos familiares incidem no trabalho na agricultura e no trabalho reprodutivo. Quando as crianças eram pequenas e demandavam maior trabalho de cuidado a família manteve moradia na cidade, trabalhavam no sítio e retornava para casa. Depois de casadas migram com seus maridos para centros urbanos ou cidades próximas ao município de origem, atraídos pela oferta do trabalho assalariado. Defrontando-se com a violência nos centros urbanos, a rejeição dos filhos à vida nas cidades, realizam um movimento de retorno à cidade de origem, ainda que não integralmente, já que o retorno é gradual à medida que conciliam a assistência aos maridos em centros urbanos com a vida no campo.

O movimento de retorno das filhas ocorre quando da reorganização da moradia da família de origem, ao deixar a casa da rua (cidade) e estabelecer-se no sítio, buscam facilitação do trabalho de cuidados das pessoas, pela consciência de uma futura maior dependência dos idosos, e do suporte necessário que podem ser ofertados para os netos por parte dos avós e das tias. O movimento de retorno com maior ou menor intensidade em função da conciliação dos cuidados dos filhos e do marido repercute no grau e no tipo de envolvimento no trabalho agrícola.

Essa estratégia de reprodução social do grupo familiar se materializa com a assignação da área da propriedade entre os membros da família, a construção das moradias de cada núcleo familiar, estabelecendo assim relações e usos específicos com o espaço comum. A ideia da área como um "condomínio" sintetiza a percepção da interação do coletivo e do individual e o diálogo com a vivência experimentada em espaços urbanos.

A demanda de conciliação do trabalho de cuidados do marido de um lado e dos filhos, e do trabalho produtivo na terra por outro, define formas de contribuição de maior ou menor intensidade na agricultura. O retorno ao campo depois da vivência em centros urbanos altera as relações anteriormente estabelecidas com o espaço rural, a exemplo de Luiza e o seu trabalho de experimentação de conhecimentos adquiridos virtualmente, assim como, o trabalho de associação da prática da agricultura e do comércio com a abertura de um mercadinho em parceria com a irmã.

Jadna, sua outra filha, cansada com a migração constante que o trabalho do seu marido na vaquejada requeria, buscava maior estabilidade no trabalho de cuidados e queria dar satisfação aos seus próprios filhos, que demandavam um retorno para o campo.

O regresso das filhas, a convivência e distribuição da propriedade, mesmo depois de casadas, contrariam a tendência de migração comumente observada entre as mulheres em áreas rurais devido ao sistema de sucessão masculina. Provavelmente a ausência de filhos homens tornou essa situação possível. Resta saber se essas mudanças impactarão na dinâmica familiar da futura geração.

Com o retorno das filhas e o redesenho do espaço da propriedade, se abre lugar para uma grande variedade de produtos para o autoconsumo e para a comercialização, que vai desde plantas



ornamentais, às hortaliças, produtos beneficiados, alimentos do roçado e da criação de animais. Também há a abertura de um mercadinho. O retorno redesenha o espaço e é objeto de permanente negociação neste grupo familiar informado pela divisão sexual do trabalho, num sistema tradicional camponês em que as mulheres se envolvem nas hortas e criação de pequenos animais nos quintais e os homens na criação de animais de grande porte e nos roçados com a “ajuda” do trabalho das mulheres.

A percepção do trabalho das mulheres de caráter auxiliar ao do homem já foi objeto de desconstrução por uma vasta literatura nas ciências sociais (Carneiro, 1981) ao revelar como essas percepções estão ancoradas na dominação masculina. A pesquisa revela como ainda estão fortemente arraigadas à medida que atividades-chaves exercidas pelas mulheres na agricultura (a exemplo da preservação e reprodução das sementes) permanecem como trabalho das mulheres, mas não gozam de reconhecimento. É o que nos informa o caso de Dona Maria já que, embora seja claramente uma responsabilidade dela, é também atribuída ao Seu Zuza.

Apesar da falta de reconhecimento do trabalho das mulheres, a pesquisa de campo mostra como o uso do espaço para o trabalho produtivo é objeto de tensões e conflitos na família, a exemplo dos atritos envolvendo o Seu Zuza e Dona Maria pela invasão dos animais de criação na área do roçado. Outro exemplo é o caso da Jadna e seu marido pelo plantio do capim para uso na alimentação dos cavalos no roçado dela. A resolução dos conflitos mostra como as disputas geram fissuras nas relações de gênero. No caso de Jadna e seu marido, a situação os forçou a diálogos e recuos que permitiram assegurar o espaço do seu roçado.

Sendo a região marcada pela transição para o semiárido, são inúmeras as dificuldades para suprir a demanda de água para o consumo humano e a produção. Inicialmente, deslocavam-se cotidianamente aos centros de distribuição municipal para garantir o abastecimento de água para o preparo de comida e a criação de animais. As demandas de uso da água para outras atividades do trabalho doméstico, tais como a limpeza das roupas, ficavam em segundo plano por que exigiam o deslocamento em grandes distâncias. A mudança para o sítio e o acesso a um financiamento para implantação de poço propiciou o aumento da capacidade de produzir e a possibilidade de realizar todo o trabalho doméstico na propriedade. Mas o poço trouxe uma dificuldade não prevista inicialmente: o grande aumento dos custos de energia elétrica. As tentativas de resolução das restrições financeiras de acesso à água foram acionadas por Luiza com a utilização da técnica de gotejamento em garrafa PET. Soluções sustentáveis como esta se expandem para outras atividades, num esforço de transição agroecológica. Assim, substituem o uso de insumos químicos pela aplicação de compostagem de folhas e utilização de estrume, realizam o controle de pragas com o uso de caldas em lugar de veneno, e planejam implantar o biogás para economizar e aproveitar os insumos excedentes, abandonando o preparo da comida em fogão a lenha, ou o uso do botijão de gás.



Realizam também uma importante prática de armazenamento de sementes de feijão e milho. Contam com estoques de feijão, sendo que quatro variedades foram armazenadas: pau, preto, rosinha e bico de ouro, embora apenas duas variedades sejam cultivadas, além de um único tipo de milho. A própria prática de armazenamento das sementes mudou pois, se antes utilizavam veneno, hoje armazenam as sementes em garrafas PET para evitar o seu uso.

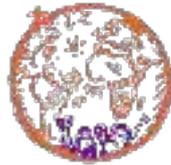
A transição agroecológica em curso mostra inúmeros limites, a exemplo do consumo de alimentos, já que a oferta de alimentos industrializados no comércio altera hábitos alimentares. O alívio do trabalho doméstico estimula o consumo desses alimentos, a exemplo da substituição da prática de fazer cuscuz pela aquisição do produto industrializado ou da introdução do arroz na dieta alimentar em substituição à farinha de mandioca antes produzida pelas mulheres nas casas de farinha.

Essas transformações e a base da dieta alimentar que também contém bastante gordura, são responsáveis pelo aparecimento de doenças crônicas tais como o aumento do colesterol e a hipertensão. As alternativas geradas para enfrentar esses problemas de saúde, novamente recaem nas mulheres, a exemplo da hipertensão de Dona Maria e a mobilização das filhas: os cuidados com a alimentação, introdução de remédios naturais para a cura das doenças e o acionamento de uma rede de apoio mútuo entre as mulheres da família e da vizinhança para a realização de atividades físicas.

De iniciativas de solidariedade entre as mulheres que surgem às primeiras iniciativas de auto-organização das mulheres na comunidade, como mostra o grupo Flor de Açucena, uma experiência de organização econômica ainda incipiente envolvendo 32 mulheres que produzem licor, doces e artesanato em tecido. Na formação desses grupos, foi essencial o vínculo das lideranças à igreja católica que, mais tarde, se fortalece com as relações mantidas com o MMTR que estimulou a ocupação de espaços em associações e sindicatos apesar das práticas machismo no movimento sindical. Também foi importante a integração com a Rede de Agroecologia do Agreste Meridional (REAGRO) mas a falta de incentivos e as dificuldades foram desmobilizando o grupo que hoje se encontra fragilizado pela falta de apoio do Estado e de alternativas para garantir a participação nas feiras e pelas dificuldades encontradas para atender as demandas exigidas pela rede que conta com grupos de comercialização de outros municípios, mais consolidados.

Esta experiência indica como os processos de transição agroecológica e das experiências de comercialização podem ser acompanhadas de importantes transformações nas relações de gênero, seja pelas referidas tensões nos modelos produtivos adotados e sua relação com a autonomia gerada pela incidência das mulheres nesse processo, sejam pelas alternativas gestadas pelas mulheres para gerar renda e garantir o sustento das suas famílias, gerando autonomia econômica mas também a abertura de novos desafios para consolidar experiências em curso.

As singularidades presentes na família de Dona Maria e Seu Zuza e as relações estabelecidas com a vizinhança, grupo de produção e movimento de mulheres, ilustram um campo instigante que permite



análise em distintas dimensões. Revelam também a importância de experiências auto-organizativas de mulheres rurais e, em particular, a articulação com as frentes de lutas das mulheres rurais pela agroecologia em resistência ao modelo do agronegócio, seja nas disputas pelo acesso à terra, o uso do solo, das sementes e dos comuns. Novas demandas e temáticas surgem no próprio campo da agricultura familiar a exemplo da invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, relações de poder na propriedade e tomadas de decisão. A agroecologia e o feminismo vão se adensando como parte da desconstrução das categorias de dominação e reencanto e reconstrução de outra visão baseada na igualdade e na solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho questiona as interrelações entre tempo disponível para as mulheres, divisão sexual do trabalho, solidariedades inter e intrafamiliares, agroecologia e as ambivalências que esta carrega.

Os casos investigados indicam claramente uma gestão masculina das unidades domésticas, mas também as transformações em curso quando as mulheres passam a se integrar em processos auto-organizativos orientados pelo feminismo agroecológico.

Indica também como há uma barreira importante para a construção de uma maior autonomia das mulheres – a rígida divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza o trabalho na agricultura familiar em favor dos homens, divisão que se materializa na atribuição de espaços de produção e repercute no acesso à renda e na menor disponibilidade de tempo em função da responsabilidade exclusiva com o trabalho de cuidados (Carrasco, 2003). A separação dos espaços se estende também à esfera pública, à relação com o mercado, mas também aos movimentos de migração no estado de Pernambuco, assim como no sudeste do país, que registramos entre maridos das agricultoras investigadas.

Partindo desta separação, encontramos valorações distintas para os espaços produtivos reservados às mulheres: em Angelim percebemos a ausência deles ou o escasso reconhecimento desse lugar. Em São João, de outro lado, percebemos maior valoração por parte das agricultoras gerando tensão familiar devido a uma disputa de espaços que se materializam por vezes entre vegetais e animais, mas também pelos modelos de agricultura que orientam os plantios.

O espaço rural por ser cada vez mais integrado com o urbano, seja pelos processos migratórios, seja pelo acesso à informação digital e seus efeitos nas práticas de cultivos, ou até mesmo pelas novas percepções sobre o rural após as experiências de vivências nas cidades, é um lugar que atrai os agricultores pela oferta de trabalho e renda mas que acarreta transformações cotidianas no padrão de sociabilidade pré-existente, gerando insatisfações e provocando também movimentos de retorno ao espaço rural estimulados pelas agricultoras. Os processos migratórios registrados poderiam indicar



também transformações no padrão tradicional de sucessão masculina da terra, mas esse aspecto necessitaria maior investigação.

O contato com o espaço urbano transforma atividades desenvolvidas seja pela introdução do maior acesso à informação propiciadas pelas tecnologias digitais e ao comércio de produtos industrializados e indica como a modernidade adentrou no campesinato do Agreste pernambucano, porém interagindo com o modo de existência destas populações: a internet servirá para introduzir tecnologias sociais de convivência com o semiárido, à abertura de comércio para encurtar distâncias e romper com a dependência de abastecimento de espaço urbano do município, como também à chegada dos “moradores” no sítio que, ao valorizar o espaço rural, passam a obter áreas para momentos de descanso e lazer, introduzindo hábitos urbanos na localidade.

A restrição do acesso aos bens comuns como a água numa região de transição entre mata e sertão são evidentes e indicam tensões entre modelos de agricultura que envolvem acesso à terra e à água, assim como o reconhecimento do trabalho e o esforço necessários à coleta de água para o trabalho doméstico e de cuidados, como também o acesso às tecnologias sociais de convivência com o Semiárido.

Por fim, percebemos a falta de reconhecimento do trabalho de preservação das sementes crioulas, já que embora se registre a sua prática individual e coletiva com a incipiente experiência do banco comunitário de sementes em São João, já que o trabalho individual não goza de valorização. Além disso, os plantios que abastecem o banco comunitário são desenvolvidos em áreas compartilhadas com sementes comercializadas e com uso de agrotóxicos que degradam a terra e impedem um futuro promissor para a recuperação do patrimônio genético existentes nas comunidades rurais do município, aspectos já constatados em outras realidades sociais (Zualaga & Cárdenas:2014).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2007, 119p.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural** in CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

CARNEIRO, Maria José. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo**. Trabalho apresentado no grupo de trabalho “A mulher na força de trabalho”, Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981, V Encontro Anual da ANPOCS.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humna: um assunto de mulheres. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania 7).

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais – Unicamp, 2004. p. 17 - 32.



CAVALCANTI, J. S. B; WANDERLEY, M. N. B; NIEDERLE, P. A. (Orgs.) . **Participação Território e Cidadania: Um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. 1ª. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. v. 1. 439p.

GUETAT-BERNARD, Hélène. Travail, famille et agriculture. Enjeux de genre et de développement, perspective Nord-Sud. In: VERSCHUUR, C.; GUÉRIN, I. (eds). **Sous le développement, le genre**. Marseille: IRD Éditions, 2015. p. 279-305.

GUETAT-BERNARD, Hélène ; PREVOST, Héloïse, **L'agro-écologie au Brésil, un instrument généré de luttes sociales** : *L'Ordinaire des Amériques* [En ligne], 220 | 2016, mis en ligne le 13 juillet 2016, consulté le 15 février 2019. Disponible em: <http://journals.openedition.org/orda/2888> ; DOI :10.4000/orda.2888

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, M.; GODINHO; NOBRE, M. (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

ROSA Hartmut, **Accélération. Une critique sociale du temps**, Paris, La Découverte, 2010

SEGATO, Rita Laura. Os Percursos do Gênero na antropologia e para além dela. Série Antropologia. Departamento de Antropologia. UnB, Brasília 1998

SILIPRANDI, Emma. Genero y agroecologia : los avances de las mujeres brasileñas enfrentando las inequidades. In: **Género, Agroecología y Soberanía Alimentaria** : Perspectivas ecofeministas. Emma Siliprandi y Gloria Patricia Zuluaga (Coordinadoras) España, 2014

PÉREZ OROZCO, Amaia. Subversion Feminista de la economía: sobre el conflicto capital-vida. Ed. Traficantes de Sueños, Madrid 2017
MARTA SOLER MONTIEL Y DAVID PÉREZ NEIRA. Por una recampesinización ecofeminista: superando los três sesgos de la mirada occidental. Papeles de relaciones ecosociales y cambio global n.121 2013, pp. 131-141

ZUALAGA, Gloria Patricia & CÁRDENAS, Solís. Sonia Irene Mujeres Campesinas Construyendo Soberanía Alimentaria In : **Género, Agroecología y Soberanía Alimentaria** : Perspectivas ecofeministas. Emma Siliprandi y Gloria Patricia Zuluaga (Coordinadoras) España, 2014